



RELATÓRIO de atividades 2022

UM MINIDOCUMENTÁRIO,
UM CAMINHO PARA COMBATER A FOME NO BRASIL

DO QUILOMBO PRA FAVELA

Alimento para a Resistência Negra





O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos socioambientais no Brasil. O ISA trabalha lado a lado com comunidades extrativistas, quilombolas, ribeirinhas e indígenas, seus parceiros históricos. Atua apoiando e fortalecendo sua participação política, sua cultura, seus conhecimentos tradicionais e projetos de geração de renda como estratégias para a proteção e gestão territorial de Terras Indígenas e Áreas Protegidas.

Com equipes locais e escritórios regionais, o ISA atua em três importantes territórios: Rio Negro (AM/RR), Xingu (MT/

PA) e Ribeira de Iguape (SP). O trabalho dos programas Rio Negro, Xingu e Vale do Ribeira, em parceria com associações de comunidades locais e organizações de outros parceiros - além de redes regionais e nacionais - se articulam com outros dois programas do ISA: Política e Direito Socioambiental e Povos Indígenas no Brasil, unindo equipes, projetos e ações.

Conselho Diretor

Deborah Lima (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), André Villas-Bôas, Beto Ricardo, Leão Serva e Marta Maria do Amaral Azevedo

Conselho Fiscal

Alicia Rolla, Isabelle Vidal Gianinni e Paulo Afonso Garcia

Secretário executivo

Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Assessoras: Camila Gauditano e Clara de Assis Andrade

Conselho de Gestão Estratégica (CGE)

Deborah Lima, Marina Kahn, André Villas-Bôas, Beto Ricardo, Leão Serva, Marta Maria do Amaral Azevedo, Biviany Rojas, Fabio Endo, Frederico Viegas, Marcos Wesley, Milene Maia Oberlaender, Raquel Pasinato, Roberto Almeida, Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Edição e revisão M. Inês Zanchetta

Projeto gráfico e diagramação Ana Cristina Silveira/Anacê Design

Apoio à pesquisa de fotos Claudio Tavares e Adriana Miranda

Siga-nos nas redes sociais:



@socioambiental



/institutosocioambiental



/socioambiental



/socioambiental



@socioambiental

NOSSOS ENDEREÇOS:

São Paulo (sede)

Edifício Metropolitano,
Praça Dom José Gaspar,
134 - 12º andar, 01047-912,
Centro Histórico de
São Paulo (SP)
tel: (11) 3515-8900,
isa@socioambiental.org

Altamira

Av. João Pessoa, 3466,
Jardim Independente II,
68372-235, Altamira (PA)
tel: (93) 3515-5749,
isaterradomeio@socioambiental.org

Boa Vista

R. Presidente Costa e
Silva, 116, São Pedro,
69390-670, Boa Vista (RR)
tel: (95) 3224-7068,
isabv@socioambiental.org

Brasília

SHIN, CA 05, Conjunto
J-1, Salas 203 a 216,
Pavimento 1, Lago Norte,
71503-505, Brasília (DF)
tel: (61) 3035-5114,
isadf@socioambiental.org

Canarana

Rua Tuparendi, 521,
Centro, 78640-000,
Canarana (MT)
tel: (66) 3478-3491,
isaxingu@socioambiental.org

Eldorado

Rua Nove de Julho, 71,
Centro, CEP 11960-000,
Eldorado (SP)
tel: (13) 3871-1697,
isaribeira@socioambiental.org

Manaus

R. Costa Azevedo, 272,
1º and., Largo do Teatro,
Centro, 69010-230, Manaus
(AM)
tel: (92) 3631-1244,
isamanaus@socioambiental.org

São Gabriel da Cachoeira

R. Projetada, 70, Centro,
69750-000, São Gabriel da
Cachoeira (AM)
tel: (97) 3471-1156,
isasgc@socioambiental.org

Apresentação 4

 **Atuação política 5**

Denúncias e ações em defesa de direitos de povos indígenas e tradicionais	6
Defesa de direitos socioambientais	7

 **Economia da sociobiodiversidade 9**

Casa de Sementes quilombola começa a funcionar	10
Feira de sementes volta depois de dois anos	10
Cooperativa quilombola festeja 10 anos de luta	11
Estreia a feira Quilombo&Quebrada	11
Ribeirinhos do Xingu alimentam a periferia de Altamira	12
Redário articula redes de sementes em todo o país	12
Rede de produtores indígenas se fortalece no Rio Negro	13
Comercialização da castanha dos Wai Wai ganha parceiros	13
Parceria com a Natura no combate às mudanças climáticas	14
Rede de Sementes do Xingu celebra 15 anos de história	14

 **Gestão e proteção territorial 14**

Desmatamento e invasões ameaçam isolados	15
No Xingu, desmate ganha força e estrada clandestina	16

 **Estudos socioambientais 17**

Potássio em Terras Indígenas	18
Recorde histórico de desmatamento	18
Garimpo ilegal e contaminação de peixes em Roraima	19
Garimpo impede progresso social da Amazônia	19
Povos indígenas e tradicionais: essenciais para a preservação das florestas	19
Estratégias da destruição	20
Raisg define plano estratégico e nova governança	20
MapBiomias coleção 4.0	20
Raio X dos Territórios Quilombolas e os desafios na regularização	20

 **Parceiros locais 21**

Defesa dos direitos indígenas	22
Defesa dos direitos dos povos tradicionais	23
Fundos de apoio a projetos indígenas	24
Crise climática	24
Comunicação	25

 **Fortalecimento institucional 27**

Indígenas, quilombolas e ribeirinhos protagonizam podcasts	28
Tenda do ISA exibiu 50 títulos na feira de livros paulistana	28
Governança interna	28

 **Os números de 2022 31**

Quem apoia o ISA 35

Homenagem 36

Apresentação

A perspectiva do fim da pandemia de Covid-19 e o avanço da vacinação permitiram reforçar atividades com os parceiros em campo e seguir acompanhando no Legislativo a tramitação de projetos de lei que ameaçam Terras Indígenas e povos da floresta elaborando ações e notas técnicas. A equipe de advogados antecipou-se apoiando a execução de medidas deferidas em Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) em defesa de povos indígenas e quilombolas. No Supremo Tribunal Federal, **um exemplo da atuação direta do ISA** foi a sustentação oral que fizemos no início do julgamento histórico do chamado “Pacote Verde”, um conjunto de sete ações denunciando o desmonte de políticas ambientais perpetradas pelo governo de Jair Bolsonaro.

Se de um lado a melhora na pandemia permitiu reforçar atividades em campo, de outro, o governo continuou a desrespeitar leis ambientais, a dificultar a fiscalização e a incentivar o garimpo ilegal, que destrói a floresta e leva doença e morte aos indígenas. O **desmatamento alcançou recordes históricos** em terras de povos isolados e de recente contato, de acordo com o Sirad-I (sistema de monitoramento do ISA). Já o Sirad-X, sistema de monitoramento da Rede Xingu+, mostrou a **destruição em curso na Bacia do Xingu**. Esse monitoramento sistemático embasou estudos, relatórios e notas técnicas produzidas pelo ISA e parceiros. Entre eles:

a evolução do garimpo ilegal e a contaminação dos rios amazônicos por mercúrio, e uma radiografia de territórios quilombolas no Brasil.

Os **parceiros locais** protagonizaram ações de solidariedade e combate à fome, iniciadas ainda durante a pandemia, com apoio do ISA. Foi o caso da Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira, a Cooperquivale, que completou dez anos. O mini-documentário *Do quilombo pra favela – Alimento para a resistência negra*, mostra como em um período de dois anos a Cooperquivale recuperou suas forças e **conectou suas raízes negras** a uma favela da zona oeste de São Paulo por meio do alimento e da solidariedade. Dessa iniciativa nasceu a feira Quilombo&Quebrada, que se realiza na zona leste de São Paulo, com a cooperativa levando alimentos das roças quilombolas à comunidades vulneráveis.

Vale lembrar ainda o **novo ciclo** de Formação em Gestão Territorial dos beiradeiros das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, no Pará, a organização de oficinas de monitoramento de impactos climáticos com os agentes indígenas de manejo socioambiental (Aimas) do Rio Negro e a assessoria técnica a povos indígenas do Xingu na elaboração de seus protocolos de consulta.

O aprimoramento institucional, o fortalecimento da governança interna, a ampliação da comunicação com

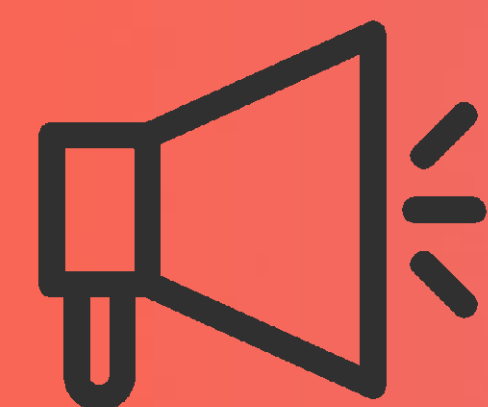
públicos diversos e o fortalecimento do protagonismo dos parceiros locais foram **prioridades do ISA em 2022**. Nesse movimento está a mudança da sede em SP para o centro da cidade, e a inauguração da loja “Floresta no Centro”. O escritório está no Edifício Metropolitano, na Praça Dom José Gaspar, e na vizinha Galeria Metrôpole a loja exhibe publicações, artesanatos e produtos da floresta de parceiros indígenas, ribeirinhos e quilombolas dos territórios do Rio Negro, do Xingu e do Vale do Ribeira.

Na **governança interna** os destaques foram a Política de Conformidade, que gerou o Comitê de Conformidade, encarregado de avaliar e encaminhar situações e manifestações de colaboradores à luz do Código de Ética e o Coletivo Antirracismo. A realização do Censo da Diversidade – pesquisa interna com questões sobre cor/raça, gênero entre outras – trouxe informações que estão auxiliando o ISA a elaborar o Plano de Equidade Étnico Racial. As palestras e diálogos do Ciclo de Transformação interna também abordaram temas como racismo estrutural e gênero. O resumo das atividades do ano de 2022 estão neste relatório.

Boa Leitura!

Rodrigo Gravina Prates Junqueira

Secretário Executivo



Atuação política

A atuação das equipes do ISA Legislativo e no Judiciário em 2022 foi incansável para dar conta de tantos retrocessos e ameaças aos povos indígenas, tradicionais e ao meio ambiente. Antecipou-se apoiando a elaboração e execução das medidas deferidas em duas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) em defesa de povos indígenas e quilombolas. Também acompanhou a tramitação de diversos projetos de lei que ameaçam direitos e territórios produzindo notas técnicas.

Em defesa do povo Yanomami, assolado por invasões garimpeiras, posicionou-se publicamente sobre a necessidade de o Banco Central enfrentar o comércio ilegal de ouro. Reforçou, ainda, a necessidade de extrusão de invasores, medida que foi finalmente deferida pelo STF em fevereiro de 2023. Com outros parceiros produziu documento de denúncia do governo Bolsonaro na ONU. E participou diretamente do julgamento histórico do chamado Pacote Verde, iniciado em 2022 e ainda não encerrado, de um conjunto de sete ações que denunciam o desmonte de políticas ambientais perpetradas pelo governo de Jair Bolsonaro.

Vale destacar ainda a atuação da equipe no acompanhamento da tramitação de vários projetos de lei relativos a agrotóxicos, grilagem de terras, licenciamento ambiental e flexibilização do Código Florestal, que também geraram notas técnicas.

Denúncias e ações em defesa de direitos de povos indígenas e tradicionais

Em [editorial](#), o ISA se posicionou sobre a necessidade de o Banco Central enfrentar o **comércio ilegal de ouro que está arrasando Terras Indígenas**, destruindo o meio ambiente e agravando a crise sanitária especialmente entre os Yanomami, contaminados por mercúrio e morrendo de malária e verminoses.

Em [documento](#) encaminhado à ONU, o ISA, a Conectas Direitos Humanos, o Observatório do Clima e a WWF-Brasil **denunciam o governo Bolsonaro. por estímulo ao desmatamento e violação de direitos de comunidades indígenas e tradicionais**. De acordo com a denúncia, o aumento descontrolado do desmatamento na Amazônia e no Cerrado está fazendo aumentar a violência contra essas comunidades, o que agrava as mudanças climáticas, ameaça a biodiversidade, a alimentação, a saúde e o acesso à água no Brasil e em outros países.



Há 18 anos, o ISA apoia e [acompanha o Acampamento Terra Livre \(ATL\)](#), realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) anualmente, em Brasília. A nova edição, em abril de 2022, reuniu mais de sete mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do país em defesa de seus direitos e pela demarcação de suas terras. A maior mobilização indígena do Brasil protestou contra o que chamaram de “Pacote da Destruição”, um conjunto de projetos de lei (PLs) que ameaçam o meio ambiente e os territórios indígenas.

Em [reclamação](#) junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o ISA pontua irregularidades na divulgação de informações sobre a **Usina Hidrelétrica de Belo Monte** nas comunicações a investidores feitas pela Norte Energia, concessionária da usina, construída na Bacia do Rio Xingu, no Pará. Desde setembro de 2020, a Norte Energia tem registro na CVM – autarquia do Ministério da Economia para a regulamentação do mercado financeiro - e está sujeita ao seu regime informacional. De acordo com a reclamação, as informações compartilhadas “a respeito do processo de licenciamento ambiental e, em especial, a respeito do hidrograma da usina, omitem informações relevantes como decisões administrativas e judiciais diretamente relacionadas ao tema”.



O ISA integra os grupos de trabalho (GTs) do Conselho Nacional de Justiça, e nessa condição participou da construção de duas resoluções: a nº 453, que instituiu o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitorar a efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais. A de nº 454 estabeleceu diretrizes e procedimentos para garantir a pessoas e povos indígenas o direito de acessar o Poder Judiciário.

A equipe deu ainda apoio técnico à proposição e implementação das medidas determinadas pelo Judiciário de duas ADPFs (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). A de nº 709, proposta em 2021 pela Articulação dos Povos Indígenas

do Brasil (Apib), pede a retirada de invasores da Terra Indígena Yanomami e de mais seis Terras Indígenas (TIs) em Roraima. E a de nº 742, proposta em setembro de 2020 pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) por conta das violações de direitos, negligências e omissões do governo federal em implementar políticas públicas efetivas e específicas para a população quilombola, fortemente impactada pela pandemia de Covid-19.

O avanço do desmatamento nas TIs Piripikura (MT) e Jacareúba Katawixi (AM), de indígenas isolados, foi tema de notas técnicas elaboradas pela equipe do ISA. **(VEJA GESTÃO E PROTEÇÃO TERRITORIAL)** Notas técnicas sobre projetos de lei (PL) que dizem respeito às Terras Indígenas foram a base do acompanhamento e da atuação da equipe jurídica no Congresso Nacional. São eles:

- **PL Nº 191/2020** apelidado de “X-Tudo”, abre as Terras Indígenas à exploração de petróleo, gás e minérios, permite a instalação de hidrelétricas e grandes projetos de infraestrutura, além do cultivo de transgênicos dentro dos territórios. Pretende regulamentar o artigo 231 da Constituição no que se refere à realização da pesquisa e lavra de recursos minerais. Em 2022 foi requerida a suspensão da

tramitação do PL na Câmara pela deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) e em março de 2023, o Poder Executivo retirou o PL da pauta.

- **PL Nº 490/2007** permite que o governo, unilateralmente, retire da posse de povos indígenas áreas oficializadas há décadas e escancara as Terras Indígenas (TIs) a empreendimentos predatórios, como o garimpo. Na prática, a proposta pode inviabilizar as demarcações, de acordo com a avaliação do movimento indígena, de pesquisadores e de setores da sociedade civil.
- **PL Nº 275/2019** considera como de relevante interesse público da União a passagem de linhas de transmissão em Terras Indígenas.

Defesa de direitos socioambientais

O desmonte da legislação ambiental promovido pelo governo Bolsonaro atingiu seu ápice em 2022 com a tramitação de diversos projetos de lei (PLs) que validavam o desmanche. A equipe do ISA acompanhou as tramitações, analisando e elaborando notas técnicas para mostrar a inviabilidade de tais propostas, apoiadas pelas bancadas ruralistas no Congresso. Entre elas:

- **PL Nº 1282/2019** permite desmatar Áreas de Preservação Permanente (APPs) para a construção de reservatórios e obras de irrigação.
- **PL Nº 2633/2020** chamado de “PL da Boiada” praticamente acaba com o processo de licenciamento ambiental como o conhecemos hoje no país.
- **PL Nº 2.374/2020** dispõe sobre desmatamentos ilegais em Reserva Legal (RL) ocorridos entre 2008 e 2012, permitindo a regularização ambiental dessas áreas.

- **PL Nº 1459/2017** chamado “PL do Veneno”, dispõe sobre agrotóxicos: pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, inspeção e fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins entre outros, revogando a legislação anterior.
- **PL Nº 2159/2021** chamado de “PL da Grilagem” legaliza grande parte do roubo de terras públicas ocorrida nos últimos anos e estimula novas invasões.

■ **PL Nº 686/2022** permite o corte de vegetação secundária, sem autorização prévia do órgão ambiental estadual, em propriedades rurais que estejam com a reserva legal demarcada e preservada. O projeto altera o Código Florestal.

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou em abril a primeira parte do **juízo** considerado um marco histórico para o direito socioambiental no Brasil, o “Pacote Verde”. São sete ações que **denunciam** o desmonte das políticas socioambientais no país, acusando o

governo Bolsonaro de violar o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, instituído no artigo 225 da Constituição. As duas primeiras ações são a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 54, que tratam do enfrentamento à emergência climática, da proteção da Amazônia e exigem a execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). O ISA participa como uma das organizações responsáveis pela elaboração da ADPF nº760, e fez a sustentação oral durante o julgamento.

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente do Senado, o ISA, **organizações da sociedade civil e movimentos sociais** que integram o Observatório da Economia da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio), **denunciaram os impactos negativos para povos e comunidades tradicionais do desmonte ambiental do governo de Jair Bolsonaro** e criticaram a falta de políticas públicas para ampliar a produção econômica dessas populações. O ÓSocioBio também apresentou uma [lista](#) de recomendações para o próximo presidente eleito para estimular a economia da sociobiodiversidade. **(VEJA ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE)**





Economia da sociobiodiversidade

A estratégia da Economia da sociobiodiversidade é desenvolvida para contribuir na geração de renda e segurança alimentar das comunidades nos territórios onde o ISA atua. Alguns exemplos desse trabalho estão Vale do Ribeira (SP), no Xingu (Terra do Meio, PA), no Rio Negro e em Roraima. No Vale do Ribeira, a Rede de Sementes, que tem o apoio do ISA, assegurou sustento a muitas famílias com a realização da Feira de Sementes e Mudas, e, em 2022, inaugurou a Casa de Sementes e fundou a cooperativa da Rede. A Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale) fez novas parcerias e, com apoio do ISA, vem participando da feira Quilombo&Quebrada, levando alimentos para comunidades da zona leste de São Paulo.

Da mesma forma, **os ribeirinhos do Xingu**, na Terra do Meio (PA), por meio de suas associações, doaram alimentos para a periferia da cidade Altamira. No Rio Negro, os produtores indígenas participaram de encontro em São Gabriel da Cachoeira que fortaleceu os negócios da sociobiodiversidade por meio de Intercâmbio de Cadeias de Valor da Rede de Cooperação Amazônica (RCA), composta por 14 associações indígenas e indigenistas. **O aumento do protagonismo das associações** dos indígenas Wai Wai de Roraima e do Pará fez com que os atravessadores fossem afastados. E as associações passaram a contar com apoio logístico e de infraestrutura do ISA dando impulso ao manejo tradicional da castanha e a comercialização justa do produto.



Casa de Sementes quilombola começa a funcionar

O ano de 2022 trouxe boas notícias para as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, A **Casa de Sementes Jucão** passou a **funcionar** no quilombo Nhunguara. Em julho, durante encontro anual, **foi fundada a Cooperativa da Rede** para organizar a governança das operações e as estratégias coletivas do grupo, formado por 60 coletores e coletoras de cinco quilombos do Vale do Ribeira - São Pedro, Nhunguara, André Lopes, Bombas e Maria Rosa. Em 2022, a Rede coletou 2 243 quilos de sementes de 98 espécies, gerando renda de R\$ 242 mil. Estima-se ainda que 70 hectares de Mata Atlântica tenham sido restaurados. A coleta de sementes florestais faz parte do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial do Brasil.



Feira de sementes volta depois de dois anos

Instrumento de preservação de um conjunto de saberes que retratam a cultura e o modo de vida dos quilombos do Vale do Ribeira, conforme descrito no Sistema Agrícola Tradicional Quilombola, **a feira foi realizada presencialmente depois de dois anos, por conta da pandemia de Covid-19**. Por meio dela são trocadas diferentes espécies agrícolas e conhecimentos. A décima terceira edição aconteceu em agosto e centenas de visitantes lotaram a praça Nossa Senhora da Guia, na cidade de Eldorado (SP). O ISA apoia a feira desde sua primeira edição em 2008, em trabalho conjunto com os quilombolas. Atualmente, é o GT Roça, formado por representantes das comunidades, do ISA e parceiros, que organiza o evento.

Cooperquivale 10 anos de fortalecimento da cultura quilombola.

10 anos
Cooperquivale
Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira



Cooperativa quilombola festeja 10 anos de luta

A Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale), **criada em outubro de 2012 com apoio do ISA**, **comemorou** seus dez anos de luta por reconhecimento e valorização do modo de produção quilombola. Hoje, ela é referência na comercialização de produtos de roças tradicionais para geração de renda e por contribuir com o aumento da biodiversidade da Mata Atlântica. Dezenove comunidades quilombolas dos municípios de Jacupiranga, Eldorado, Iporanga e Itaóca integram a cooperativa reunindo cerca de 240 cooperados e cooperadas. Atualmente, a Cooperquivale comercializa mais de 70 variedades de alimentos da agrobiodiversidade para o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Doação Simultânea (PAA-DS) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), além de realizar feiras para comercialização direta.

Estreia a feira Quilombo&Quebrada

Em julho, a Cooperquivale passou a realizar a **feira Quilombo&Quebrada**, em parceria com os coletivos Mulheres de Orì e Kitanda das Minas e apoio do ISA. A **primeira** delas foi no Jardim Lapena, no Galpão ZL, no extremo leste da capital paulista. Em novembro, **aconteceu** no Centro Cultural Arte em Construção, na Cidade Tiradentes, também na zona leste da capital. A iniciativa pretende conectar quilombo e quebrada – espaços de origens negras – por meio da diversidade de alimentos produzidos nas roças quilombolas. Durante a pandemia de Covid-19, os quilombolas do Vale do Ribeira, por meio da Cooperquivale, tiveram papel fundamental, ajudando a combater a fome da população vulnerável da zona oeste de São Paulo enviando alimentos produzidos nas roças. A ação foi tema de um **mini-documentário**.





Ribeirinhos do Xingu alimentam a periferia de Altamira

Os produtos das roças dos ribeirinhos do Xingu, no Pará, também tiveram papel de destaque. Eles **alimentaram a periferia da cidade de Altamira em ação de combate à fome, distribuindo cerca de 50 toneladas de alimentos** produzidos com técnicas ancestrais. A fartura da produção dos ribeirinhos pode ser doada graças às associações de moradores das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, onde o ISA atua, que se organizaram e decidiram acessar um edital do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra com Doação Simultânea, lançado em 2020 pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do governo federal. Mais um exemplo de solidariedade das comunidades tradicionais ajudando a combater a fome e a insegurança alimentar.



Redário articula redes de sementes em todo o país

O surgimento de diferentes redes de sementes nativas para restauração ecológica no Brasil ao longo da última década estimulou a criação do Redário. Trata-se de uma articulação entre 22 redes de sementes para que elas se desenvolvam e formem a base da restauração no país. O Redário tem 47 projetos em desenvolvimento e beneficia mais de mil coletores, que em 2022 coletaram 64 toneladas de 170 espécies nativas de sementes. Além de contribuir para o crescimento das redes de sementes em todo o país, o Redário também é uma opção para quem precisa restaurar. A Rede de Sementes do Xingu faz parte do Redário, e participou de seu primeiro primeiro encontro em outubro de 2022, na aldeia Multiétnica em Alto Paraíso (GO).



Rede de produtores indígenas se fortalece no Rio Negro

O I Encontro Geral de Produtores Indígenas do Rio Negro, aconteceu em São Gabriel da Cachoeira (AM) em outubro. **Reuniu 20 produtores indígenas de oito estados da Amazônia Brasileira, representantes de boa parte dos 23 povos da região do Rio Negro e fortaleceu os negócios da sociobiodiversidade** por meio de Intercâmbio de Cadeias de Valor da Rede de Cooperação Amazônica (RCA), composta por 14 associações indígenas e indigenistas. O **encontro** e o Intercâmbio foram realizados na Maloca Casa do Saber da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) em parceria com o ISA e a RCA. Uma das principais pautas do encontro foi a assinatura do termo de pactuação política e acordo de cogestão da Wariró – Casa dos Produtores Indígenas do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, que comercializa produtos da região. O documento é um instrumento de consolidação de gestão de negócios de excelência, participativa, transparente, envolvendo os povos representados, funcionários, diretores da Foirn e a assessoria do ISA.



Comercialização da castanha dos Wai Wai ganha parceiros

A economia do cuidado chegou ao povo Wai Wai de Roraima e do Pará. **Até pouco tempo os Wai Wai contavam somente com atravessadores para vender a castanha para fora de seus estados.** Mas com o fortalecimento das associações e o apoio de infraestrutura e logística oferecido pelo ISA, a tendência é que mais **parcerias** sejam tecidas para impulsionar o manejo tradicional da castanha e a comercialização justa do produto. Em 10 anos, os indígenas coletaram e comercializaram mais de 1,3 mil toneladas de castanha em Roraima e no Pará.



Parceria com a Natureza no combate às mudanças climáticas

O projeto Carbono Nascentes do Xingu, uma [iniciativa](#) de restauração florestal do ISA, nasceu em parceria com a empresa Natura para compensar parte das emissões de carbono da sua produção por meio dos plantios em áreas degradadas. A restauração acontece desde 2011 em Santa Cruz do Xingu (MT) em Áreas de Preservação Permanente, como as nascentes do Rio Xingu, e em áreas de Reserva Legal degradadas. Nesses locais, os proprietários rurais são obrigados a manter a floresta em pé. Ao todo, já foram restaurados 180,70 hectares, que sequestraram 33.418,32 toneladas de CO₂. Até 2041, a expectativa é de que 61.533t de CO₂ sejam sequestradas. O trabalho de restauração realizado pelo ISA e pela Rede de Sementes do Xingu pode ser visto neste [filme](#) em realidade virtual de 2021.



Rede de Sementes do Xingu celebra 15 anos de história

Representantes de 16 grupos coletores, além de colaboradores, parceiros e apoiadores, [reuniram-se](#) na aldeia Moygu e no Polo Pavuru, no Território Indígena do Xingu (MT) para celebrar os 15 anos da Rede de Sementes do Xingu. Inspiração para a criação de outras redes voltadas para a coleta de sementes nativas e para o reflorestamento, produzindo sistemas agroflorestais e o fortalecimento de espécies vegetais nativas e crioulas, o encontro foi repleto de emoções e de troca de conhecimentos. Não faltou também o tradicional concurso de forró, marca registrada desses encontros, e momento de relaxamento e diversão.



Gestão e proteção territorial

As pressões e ameaças às Terras Indígenas dos povos indígenas isolados e de recente contato continuaram a ser monitoradas pelo Sirad-I (sistema de monitoramento do ISA). Na Bacia do Xingu, o monitoramento é feito pela Rede Xingu+, coletivo que reúne mais de 30 organizações indígenas e indigenistas e do qual o ISA participa e é fundador. Realizado mensalmente, o monitoramento, tanto nos territórios dos isolados quanto na Bacia do Xingu, serve de base para estudos e relatórios e subsidia as ações do ISA no Judiciário e no Legislativo em defesa dos povos da floresta.

Desmatamento e invasões ameaçam isolados

Durante o ano, o **monitoramento das Terras Indígenas de povos isolados e de recente contato por meio do Sirad-I**, o sistema de monitoramento do ISA para os isolados, **revela** que a falta de uma política de proteção a esses indígenas e a ampliação das fronteiras de desmatamento em Áreas Protegidas são a grande ameaça à sua sobrevivência. Assim, ao desmatamento, se aliam a exploração de madeira e o garimpo. Em junho, um relatório técnico do ISA confirmou que invasões e desmatamentos aumentaram na pandemia e seguiram avançando. O vencimento das portarias de restrição de uso que garantem a proteção dos isolados, cujos prazos foram encurtados e sua renovação demorada, pela então Fundação Nacional do Índio, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas, incentivaram as invasões aumentando a insegurança desses povos. **Sobrevo** realizado pelo ISA na Terra Indígena Pirititi, em Roraima, em janeiro de 2022, revelava clareiras e a destruição avançando pelo interior do território, rumo à região habitada pelos isolados.

Vale destacar também que a **Terra Indígena** Jacareúba-Katawixi, no sul do Amazonas, está entre as Terras

Indígenas com presença de isolados mais ameaçadas do país. Levantamento do ISA comprovou que, entre agosto de 2021 e setembro de 2022, o território registrou mais 21,9 hectares em novos desmatamentos, o que representa mais de 12 mil árvores adultas derrubadas. A taxa de destruição registrada é 209% maior do que a taxa do ano anterior, segundo o Prodes/Inpe. Os dados apontam uma invasão contínua do território para exploração de madeira sem qualquer ação do Estado para contê-la. **Notas técnicas do ISA** mostraram o avanço do desmatamento nesses territórios. **(VEJA ATUAÇÃO POLÍTICA E ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS)**

Em dezembro de 2022, o monitoramento do Sirad-I revelou que o desmatamento praticamente dobrou em setembro e outubro nas Terras Indígenas com povos isolados em comparação ao bimestre anterior. As principais terras afetadas foram Munduruku (PA), Araribóia (MA), Arara do Rio Branco (AC), Jacareúba-Katawixi (AM) e Uru-Eu-Wau-Wau (RO). Cerca de 460 hectares foram desmatados em 20 territórios, segundo análise do ISA. O garimpo ilegal também está afetando essas terras e **a Terra Indígena Munduruku é uma das mais pressionadas e ameaçadas**. O Sirad-I identificou



ainda 440 hectares de floresta desmatada no interior do território desde o início do ano. A partir de 2020, quando a TI começou a ser monitorada, 1,5 milhão de árvores foram derrubadas. **A Terra Indígena Zoró, no Mato Grosso, também está na mira dos garimpeiros**. Desde janeiro, foram identificados 25 hectares desmatados em decorrência do garimpo ilegal.

Como se o desmatamento e o garimpo ilegal não fossem ameaças suficientes, **pedidos ilegais de requerimentos minerários para a exploração de ouro nesses territórios foram registrados**.



No Xingu, desmate ganha força e estrada clandestina

De acordo com o boletim Sirad X, monitoramento remoto da Rede Xingu+, integrada pelo ISA, mostrou que **a destruição se aprofundou em 2022**. Em abril foi registrada a maior taxa de desmatamento desde setembro de 2021, com mais de 19 mil hectares destruídos em toda a Bacia do Xingu. Em comparação com o mês de março, o salto é de 81%. Nessa época, com o fim das chuvas abre-se a temporada de desmatamento na região.

Grileiros, ladrões de madeira e invasores voltaram a assolar os territórios protegidos **dando continuidade ao alto padrão de desmatamento que se mantém há quatro anos**. Altamira e São Félix do Xingu, no Pará, ocupam o primeiro e o segundo lugares entre os mais desmatados. Entre as Terras Indígenas (TIs), a Kayapó (PA) é a primeira no ranking seguida pela TI Parabubure (MT), com aumento de mais de 4.000% em comparação ao mês de abril de 2021.

O monitoramento da Rede Xingu+ também revelou que entre janeiro e agosto de 2022 mais de seis mil focos de calor foram detectados na Bacia do Xingu. Ou seja, 75% maior em agosto de 2022 em comparação com agosto de 2021. Desse total, 68% deles ocorreram em agosto, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que utilizou dados do satélite de referência Aqua M-T, sensor MODIS. No Mato Grosso, as áreas com mais densidade de focos estão próximas às rodovias MT-130 e MT-322, nos municípios de União de Sul, Marcelândia e Peixoto de Azevedo. Tanto no Mato Grosso quanto no Pará, as regiões mais degradadas pelo fogo estão ao lado de Terras Indígenas, como é o caso das TIs Baú, Capoto-Jarina e do Território Indígena do Xingu.

O mais grave, entretanto, **foi a descoberta de uma estrada clandestina rasgando ao meio um dos maiores maciços florestais do mundo**, acelerando o ponto de não retorno que pode desertificar a Amazônia. Trata-se de uma via de 42,8 km que atravessa duas Unidades de Conservação (UCs) no coração do Xingu: a Estação Ecológica (ESEC) Terra do Meio e a Floresta Estadual do Iriri. A estrada divide o Corredor Socioambiental do Xingu, extensão de Áreas Protegidas contíguas que totalizam 53 milhões de hectares de floresta tropical.

Um dos alvos é a Terra Indígena Piripikura. Ali, o monitoramento do ISA registrou em 2022 mais de 30 mil hectares em novos requerimentos na Agência Nacional de Mineração (ANM) para a exploração de ouro. São cinco processos cadastrados pela empresa Oxycer Holding Corporation Exclusive International Business. Um total de 19.606 hectares, ou 32% dos requerimentos que ameaçam os limites da TI Piripikura, foram cadastrados em 2021 e 2022.



Estudos socioambientais

Ao longo do ano, o ISA elaborou e divulgou muitos estudos e relatórios, alguns realizados em parceria com outras instituições de pesquisa. Os estudos abordaram diversos temas, tais como o papel dos povos indígenas e populações tradicionais na proteção das florestas, a evolução do garimpo nas Terras Indígenas (Tis) e sua relação com indicadores de progresso social, as pressões e ameaças sobre povos indígenas isolados e diagnósticos sobre as Unidades de Conservação (UCs) e Territórios Quilombolas (TQs).

Além da ampla divulgação, esses levantamentos também subsidiaram ações do ISA no Legislativo e junto ao Judiciário em defesa de povos indígenas e populações tradicionais, que foram sistematicamente atacados durante o governo de Jair Bolsonaro, bem como a destruição ambiental promovida em sua gestão deixando como saldo recordes históricos de desmatamento entre tantos outros retrocessos. **(VEJA ATUAÇÃO POLÍTICA)**

Potássio em Terras Indígenas

Um levantamento feito pelo ISA e divulgado em março mostrou que os **requerimentos para extração de sais de potássio no interior das Terras Indígenas** representam apenas 1,6% das jazidas requeridas para exploração. Para a substância fosfato, os pedidos representam ínfimos 0,4% do total de jazidas requeridas na Agência Nacional de Mineração (ANM). As informações demonstram

que quase todos os depósitos conhecidos, ou a serem pesquisados, estão fora das Terras Indígenas. **Assim, o presidente Bolsonaro mentiu** ao dizer que a solução para a dependência brasileira das importações de fertilizantes da Rússia - que enfrentam dificuldades logísticas em decorrência das sanções econômicas impostas por vários países por conta da guerra contra a Ucrânia - depende da exploração de jazidas nas Terras Indígenas do Povo Mura, no Baixo Rio Madeira (AM).

principais causas do índice escandaloso têm relação direta com o desmonte dos órgãos de gestão ambiental, a paralisação na demarcação de Terras Indígenas (TIs) e gestão de Unidades de Conservação (UCs), o não reconhecimento de Territórios Quilombolas e a paralisação quase que completa das operações de fiscalização de crimes no interior de Áreas Protegidas. É um retrato revelador da destruição da Amazônia, com perdas florestais severas que comprometem diretamente a vida dos povos indígenas e tradicionais.

Recorde histórico de desmatamento

Análise do ISA dos índices de desmatamento em Áreas Protegidas durante o governo de Jair Bolsonaro comprovou o alerta feito ao longo de seu mandato por cientistas: os últimos quatro anos representaram o **maior retrocesso** ambiental do século XXI, com um **aumento de 94% no desmatamento, se comparado com os anos anteriores a essa gestão**. As

De acordo com a análise do ISA, as Unidades de Conservação Federais de proteção integral e uso sustentável registraram aumentos de 111% e 116%, respectivamente. Nos Territórios Quilombolas (TQs), o aumento foi de 13%. Já nas Terras Indígenas, principal alvo de crimes cometidos nesse período, o desmatamento cresceu 157%, revelando a omissão do Estado e o estímulo à ilegalidade ambiental. O desmatamento se concentrou em um conjunto de 41 Áreas Protegidas, sendo 20 TIs, 13 UCs federais e estaduais e oito TQs, localizadas em regiões pressionadas pela abertura de estradas vicinais, grilagem de terras e implantação de obras de infraestrutura.



A POPULAÇÃO DE RORAIMA ESTÁ COMENDO MERCÚRIO DO GARIMPO ILEGAL!



QUANTO MAIS PERTO DA TERRA YANOMAMI maior o nível de contaminação dos peixes por mercúrio

Fontes: Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto Evandro Chagas

Garimpo ilegal e contaminação de peixes em Roraima

O [estudo](#) elaborado por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), do ISA, do Instituto Evandro Chagas e da Universidade Federal de Roraima (UFRR), concluiu que os pescados coletados em três de quatro pontos na Bacia do Rio Branco apresentaram **concentrações de mercúrio maiores ou iguais ao limite estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS)**.

Garimpo impede progresso social da Amazônia

Exploração mineral predatória não promove o desenvolvimento e derruba os indicadores sociais na região onde ocorre. É a conclusão de [análise](#) realizada pelo ISA. O levantamento aponta que o **Índice de Progresso Social (IPS) médio dos municípios amazônicos afetados pelo garimpo é de apenas 52,4, menor do que a média para a Amazônia, de 54,5, e bem abaixo da média nacional, de 63,3**. Nos municípios garimpeiros, o IPS médio é 4% menor que a média amazônica e 20% menor que a média

nacional. Indicador internacional, o IPS combina três dimensões - “necessidades básicas de sobrevivência”, “fundamentos do bem-estar” e “oportunidades” - por meio de uma série de indicadores sociais e ambientais, provenientes de bases de dados internacionais, além de pesquisas de percepção, com o objetivo de identificar o cenário, os desafios e as possibilidades de progresso social dos países. O IPS amazônico é menor do que o nacional por fatores históricos e estruturais, como baixo desenvolvimento econômico, ausência de políticas públicas, gargalos de logística e transporte diante de grandes distâncias, entre outros.

Povos indígenas e tradicionais: essenciais para a preservação das florestas

No Dia Internacional dos Povos indígenas, 9 de agosto, o ISA divulgou [análise](#) em que revelava que **nos últimos 35 anos essas populações protegeram mais de 20% da vegetação nativa no Brasil**. A presença de povos indígenas amplia a governança sobre os territórios e promove contribuições socioambientais fundamentais para recuperar áreas degradadas.

Os resultados mostram que juntos os povos indígenas e tradicionais são responsáveis pela proteção de um terço das florestas no Brasil. Atualmente, 40,5% das florestas brasileiras estão protegidas no sistema nacional de Áreas Protegidas, que engloba Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação. No entanto, as Áreas Protegidas com presença de povos indígenas e populações tradicionais – Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) – protegem um terço, cerca de 30,5% das florestas no Brasil.

Estratégias da destruição

Enfraquecimento de políticas e desmonte de órgãos ambientais foram algumas das principais estratégias usadas contra Áreas Protegidas, conforme mostram pesquisadores do ISA na [publicação Como proteger quando a regra é destruir](#), parceria do ISA com a editora Mil Folhas. Lançado em outubro, o livro traça um retrato das ameaças do enfraquecimento das políticas de proteção ambiental e sugere perspectivas e estratégias para reverter a realidade criminosa à qual as Unidades de Conservação (UCs) no Brasil foram submetidas. Entre os 23 artigos de especialistas que compõem o livro, “A desconstrução das políticas de proteção das Unidades de Conservação”, de

Antonio Oviedo e Nurit Bensusan, pesquisadores, e do assessor jurídico, Maurício Guetta, todos do ISA, denuncia o método adotado pelo governo Bolsonaro para desmontar a proteção ambiental no país. Os pontos mais cruéis desse roteiro de destruição apontam para o estímulo à ilegalidade ambiental por meio da baixa fiscalização e a edição de novas normas que esvaziaram as políticas ambientais.

Raisg define plano estratégico e nova governança

A Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), que reúne organizações de seis países da região amazônica (Bolívia, Peru, Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela), estruturou em 2022 um novo plano estratégico 2023/2026. O ISA deixou a secretaria executiva da Rede que agora conta com a coordenação de um colegiado formado por um representante de cada país. Confira o [boletim](#) Raisg.

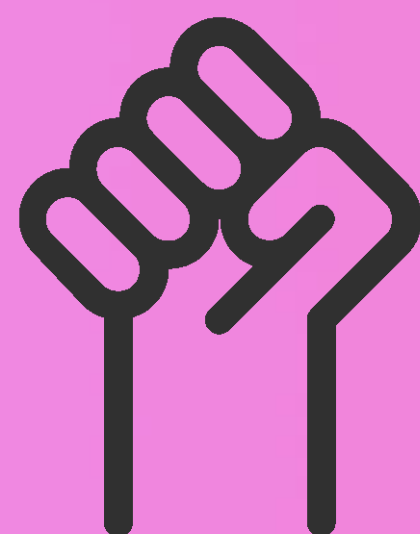
MapBiomias coleção 4.0

No final de 2022, a Raisg [lançou](#) o MapBiomias coleção 4.0, com dados sobre a PanAmazônia de 1985 a 2021. Os dados indicam que em 1985, apenas 6% (cerca de

50 milhões de hectares) da Amazônia haviam sido transformados em áreas antrópicas, como pastagens, lavouras, garimpos ou áreas urbanas. Em 2021, essa área quase triplicou, chegando a 15% (cerca de 125 milhões de hectares) de toda a região. Foi uma perda líquida de quase 10% de sua vegetação natural em solo de 37 anos. Se a tendência atual verificada pelo [MapBiomias Amazônia](#) continuar, o bioma, que é um sumidouro de carbono de importância global, chegará a um ponto sem volta, afetando irreversivelmente seus serviços ecossistêmicos, podendo se tornar uma savana.

Raio X dos Territórios Quilombolas e os desafios na regularização

A partir de um conjunto de dados disponíveis e do grau de implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Territórios Quilombolas, o ISA fez uma [radiografia](#) dessas áreas no Brasil. Os resultados mostram que os **Territórios Quilombolas estão invisíveis nas bases de dados oficiais**. Adotando como referência o quantitativo total de processos abertos, o número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) e títulos emitidos representam apenas 16% e 9%, respectivamente, das demandas por regularização fundiária conhecidas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).



Parceiros locais

Com a melhora na pandemia de Covid-19 e o avanço da vacinação, o ISA reforçou os laços com seus parceiros locais no Rio Negro, no Xingu, na Terra Indígena Yanomami e no Vale do Ribeira, sem deixar de lado, o apoio às atividades de enfrentamento e prevenção à doença. Continuou, assim, a privilegiar a **economia do cuidado** (VEJA ECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE) com a valorização dos produtos da floresta, as denúncias contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, entre os estados de Roraima e Amazonas, e nas Terras Indígenas Kaiapó e Munduruku, na Bacia do Xingu.

Defesa dos direitos indígenas

Parceria entre o ISA, a Foirn e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) **viabilizou o acesso dos indígenas do Rio Negro à Justiça**. Cinco indígenas dos povos Baré, Tukano, Tuyuka e Baniwa, que vivem nessa região do noroeste amazônico, foram convidados a transpor para suas línguas nativas (Nheengatu, Tukano e Baniwa)

cartazes com informações sobre audiências de custódia – quando o detido é levado à presença de um juiz logo após ser preso. O objetivo foi facilitar o entendimento dos indígenas sobre seus direitos e o acesso ao Judiciário. O lançamento aconteceu em abril na Casa do Saber da Foirn, em São Gabriel da Cachoeira (AM), com a presença de representantes do Poder Judiciário - CNJ e Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) – e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC).

Com assessoria técnica e jurídica do ISA, **os Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca e os Arara da Terra Indígena Arara, ambas no Pará, publicaram seus protocolos de consulta**, documentos nos quais os indígenas detalham como querem ser consultados sobre qualquer obra que possa impactar suas terras e seus modos de vida. Os protocolos vêm se difundindo entre os povos originários no Brasil e o ISA tem prestado assessoria a vários deles em sua elaboração.

Em maio, os Yanomami **celebraram os 30 anos de homologação da Terra Indígena Yanomami** na aldeia Xihopi. Foi durante a realização do 3º Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana. Cerca de 500 amigos, aliados históricos e parceiros de primeira hora, como o ISA, comemoraram com os indígenas. Um *hotsite* especial “Yanomami 30 Anos - O Futuro é Indígena” e um mini-documentário sobre o encontro contaram com apoio do ISA e da Embaixada da Noruega.

Mesmo em clima de festa, os Yanomami denunciaram o recrudescimento da invasão garimpeira que se arrasta há anos, e vem trazendo doenças e mortes agravando a crise sanitária no território indígena.

O **alarme do agravamento da crise sanitária** veio da Hutukara Associação Yanomami em julho e a situação só piorou ao longo do segundo semestre de 2022. As denúncias da Hutukara geraram reportagens e notícias no site e redes sociais do ISA, em defesa dos Yanomami, repercutindo junto aos principais veículos da grande imprensa no Brasil e no exterior. A verminose entre as crianças e suspeitas de mortes infantis por malária e Covid encabeçavam a lista a qual veio se somar a falta de medicamentos para combater as doenças.



Defesa dos direitos dos povos tradicionais

Em 2022, o ISA retomou a **Formação em Gestão Territorial da Terra do Meio (PA)** – Reservas Extrativistas (Resex) do Riozinho do Anfrísio, do Iriri, do Xingu e da Estação Ecológica da Terra do Meio –, realizando a segunda edição dividida em duas etapas em janeiro e em julho.

O grupo, formado por cerca de 60 estudantes das Resex, debateu direitos, história e identidade beiradeira. As aulas aconteceram no Morro do Anfrísio, São Francisco e Gabiroto, sob a coordenação do antropólogo do

ISA, Augusto Postigo. A novidade dessa edição foi a participação de lideranças de comunidades tradicionais de outros territórios, caso de três representantes caiçaras da Jureia, situada no litoral sul de São Paulo. A primeira edição do curso, realizado em diversas etapas entre 2011 e 2016, foi promovida pelo ISA e Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), com apoio da Universidade Federal do Pará e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Cerca de 40 estudantes foram formados, entre jovens e adultos das três Resex e dos bancos do curso saíram assessores e lideranças das associações de moradores. Muitos, hoje, são professores nas 21 escolas que se espalham pelo território, uma conquista dos beiradeiros, e frequentadas por 350 alunos.

Ao longo de três dias, milhares de quilombolas e representantes de organizações parceiras reunidos no **Aquilombar**, em Brasília, **debateram** agricultura familiar, saúde, educação e políticas públicas. Reivindicaram o direito à terra e às suas tradições. Organizado e promovido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), o encontro teve apoio do ISA tanto na infraestrutura, quanto na divulgação e lançamento do **filme** *Do quilombo pra favela*, que aponta caminhos para combater a fome no Brasil.



Ao final, o Coletivo Jurídico Joãozinho do Mangal, administrado pela Conaq, realizou reunião com advogados e advogadas quilombolas e da sociedade civil, do ISA inclusive. O coletivo foi criado em 2016 por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239 para defender os direitos quilombolas.

Fundos de apoio a projetos indígenas

Em 2022, o fundo Apoio às Iniciativas Comunitárias (AIC) **lançou edital** para as aldeias do Território Indígena do Xingu (TIX) para que enviassem propostas e realizassem ações de resgate cultural, alternativas econômicas e soberania alimentar. O AIC é um fundo criado pelo ISA, em 2017, e destinado às comunidades do TIX. Qualquer uma das mais de 150 aldeias dos 16 povos que vivem no TIX podem enviar projetos para acessar os recursos.

Dos editais realizados em 2017, 2018 e 2021 resultaram 65 projetos aprovados, atendendo 75 comunidades e 12 povos que totalizaram R\$ 1,85 milhão em recursos destinados. Atualmente, há 30 projetos em execução.

A parceria que viabilizou o Fundo Indígena do Rio Negro (Firn), entre a Foirn, o ISA e a Embaixada da

Noruega, teve seus primeiros projetos aprovados nos editais de 2022: 15 ao todo. O aumento dos casos de invasão por garimpo, pesca e extração de madeira ilegais, expansão da pecuária e narcotráfico em toda a Amazônia tem sido notável e tem se refletido - com as suas particularidades - no território do Rio Negro, onde o fundo tem ganhado destaque como alternativa a esses crimes socioambientais por meio do fortalecimento da governança territorial indígena.

Os projetos contemplam iniciativas de organizações indígenas em segurança alimentar, produção e comercialização, tecnologias adaptadas, fortalecimento cultural, educação e gestão territorial viabilizadas por meio de apoio financeiro e acompanhamento técnico por parte do ISA. Entre estes projetos, vale destacar o da Organização das Comunidades Indígenas de Assunção do Içana (Ocidai) “Amaronai”, na comunidade de Assunção do Içana, que está estruturando a produção e comercialização de absorventes de pano para as mulheres indígenas.



Crise climática

Embora estejam em uma das regiões mais preservadas da Amazônia, agentes indígenas de manejo ambiental do Rio Negro, os Aimas, **monitoram alterações nos ciclos naturais que causam impactos climáticos**. Essas experiências foram compartilhadas em oficinas durante o ano. Em abril, oficina na comunidade Açaí-Paraná, no Baixo Rio Uaupés, em São Gabriel da Cachoeira (AM), reuniu cerca de 30 agentes que vivem em comunidades dos rios Tiquié, Baixo Uaupés, Igarapé Castanha e Negro.

Eles integram a Rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental, projeto desenvolvido pelo ISA em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que conta com 50 Aimas, que atuam no Médio Rio Negro e Alto Rio Negro, nas regiões dos rios Tiquié, Uaupés e Içana. Em oficina realizada em Barcelos (AM), em agosto e setembro, com o apoio da Associação Indígena de Barcelos (Asiba), os Aimas relataram prejuízos às roças e à floresta causados por eventos extremos como cheias recordes.

Comunicação

Papo dos Isolados, áudio elaborado pelo ISA e pela Coordenação das Organizações Indígenas do Brasil (Coiab), foi **lançado** para informar e alertar sobre invasões nas Terras Indígenas com presença de povos isolados e de recente contato. Os dados são extraídos do Sirad-I, sistema de monitoramento de povos isolados, realizado pelo ISA. Em outubro, o **áudio** relatava a derrubada de mais de 60 mil árvores na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, no ano de 2022.

A Rede de Comunicadores do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, no sul do Estado de S. Paulo, formada em 2021, **iniciou** seus trabalhos de forma estruturada, em 2022. Reúne quatro segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais - caboclo, caiçara, guarani M'bya e quilombola – e seus integrantes se distribuem por 14 territórios nos

municípios de Iguape, Cananéia, Peruíbe, Eldorado, Itaóca, Iporanga, Sete Barras e Tapiraí. O ISA apoiou a Rede doando celulares, tripés e notebooks para a montagem de um pequeno estúdio para gravações de podcasts. E também dá apoio na manutenção dos pontos de internet já instalados.





Fortalecimento institucional

Em 2022, o ISA **continuou privilegiando sua governança interna** e o aprimoramento institucional. Consolidaram-se ações coletivas como o GT Gênero e o Acolher. Fortaleceram-se o Coletivo Antirracismo e a Política de Conformidade que gerou o Comitê de Conformidade, encarregado de avaliar e encaminhar situações e manifestações de colaboradores à luz do Código de Ética e Regimento Interno do ISA. Vale destacar a realização do Censo da Diversidade, pesquisa interna com questões sobre cor/raça, escolaridade, gênero entre outras.

Paralelamente, o ISA **ampliou sua comunicação** com o público para mostrar como vivem e o que pensam indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Assim nasceu a série de podcasts, o “Casa Floresta”, com depoimentos gravados no Rio Negro, Xingu, Araguaia e Vale do Ribeira.

Nesse movimento, o ISA **mudou de endereço** em São Paulo. Deixou a sede no Colégio Sion e foi para o centro da cidade. Foram 40 anos de parceria com a escola, desde os tempos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) que deu origem ao ISA. A despedida em abril foi marcada por depoimentos dos fundadores do ISA, reafirmando que foi ali, em 1994, que nasceu o socioambientalismo. A sede está no Edifício Metropolitano, na Praça Dom José Gaspar. Na vizinha Galeria Metrópole, o ISA inaugurou sua loja Floresta no Centro com publicações, artesanato e produtos da floresta.

Indígenas, quilombolas e ribeirinhos protagonizam podcasts

Em setembro o ISA estreou a [série de podcasts](#) “Casa Floresta” com o objetivo de levar a diferentes públicos experiências de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas. E provocar reflexão sobre as lutas e as belezas desses povos em seus territórios: Rio Negro, Xingu, Araguaia e Vale do Ribeira. As jornadas são apresentadas em formato documental. Participaram delas a atriz e roteirista Maria Ribeiro, as criadoras de conteúdo Nátaly Neri e Amanda Campelo, a cozinheira Thallita Flor e o comunicador indígena Tukumã Pataxó. Foram 17 dias de gravações, entre fevereiro e julho de 2022, e dezenas de entrevistas e rodas de conversa com novas e antigas lideranças, que resultaram em seis episódios com mergulhos transformadores nas raízes negras e indígenas do Brasil.



Tenda do ISA exibiu 50 títulos na feira de livros paulistana

Em junho, editoras, livrarias e organizações ligadas à cultura expuseram seus títulos na [primeira feira](#) de livros paulistana, organizada pela revista 451 e montada na área externa do Estádio do Pacaembu. A tenda do ISA exibiu mais de 50 títulos entre edições próprias e coedições. A especialista em biodiversidade do ISA, Nurit Bensusan, participou de um dos debates promovidos durante o evento para falar sobre seu livro *Cartas ao Morcego*, correspondências entre a autora e o mamífero de asas que se tornou o bode expiatório da pandemia.

Governança interna

Coletivo Antirracismo

Repensar a instituição de forma mais equitativa e inclusiva foi a razão para a criação do Coletivo Antirracismo em 2021. Gradativamente as ações em busca da equidade étnico racial vem se consolidando no ISA. Depois de elaborar o protocolo de contratações com o grupo de Gestão de Pessoas, que trouxe especificidades para contemplar raça, gênero e etnia, o coletivo atuou na elaboração e consolidação final do Plano de Equidade

Étnico Racial do ISA com apoio do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e das Desigualdades). Apesar disso, o coletivo entende que o próximo desafio é a implementação do plano e seu monitoramento para alcançar os objetivos propostos para uma organização antirracista e mais inclusiva.

Censo da Diversidade

A pesquisa online foi realizada entre maio e julho pela Divcorp (Diversidade Corporativa) com apoio do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e das Desigualdades). O questionário levava de quatro a seis minutos para ser respondido e não era necessário que as pessoas se identificassem. Trazia questões sobre cor/raça, escolaridade, etnia, território de origem, gênero, faixa salarial, entre outras. O objetivo foi entender melhor o perfil dos colaboradores, saber como se definem e qual a percepção que têm da dinâmica do desenvolvimento profissional. A partir daí, a instituição obteve informações que lhe permitirão ser mais inclusiva, equitativa e cuidadosa no trato com as pessoas. A participação foi expressiva: dos 187 colaboradores, 167 responderam ao censo, ou 89,3%.

Alguns dos resultados foram apresentados na reunião geral de final do ano: considerando as categorias do

IBGE, 53,4% das pessoas se declararam brancas; 24,5% pretas; 10,9% pardas; 6,7% indígenas e 4,5% amarelas. As informações do Censo estão auxiliando na elaboração de outra ação coordenada pelo Coletivo Antirracismo, que é o Plano de Equidade Étnico Racial.

Comitê de Conformidade

O desdobramento da Política de Conformidade do ISA gerou o Comitê de Conformidade criado em 2022. Trata-se de um espaço para receber manifestações e denúncias da Casa. É formado por cinco pessoas: duas eleitas do quadro de colaboradores, uma entre associados que participam da Assembleia anual do ISA, uma do Conselho Diretor e uma externa ao ISA. Diferentemente do Acolher, o Comitê tem como função avaliar e encaminhar situações e manifestações de colaboradores à luz do Código de Ética. O Comitê tem um canal de comunicação denominado *Denúncias e Dúvidas* acessível por meio da ferramenta Safespace. Qualquer colaborador pode acionar o canal para reportar a violação das leis vigentes e diretrizes de conduta do Código, que serão encaminhadas para avaliação. Com a garantia da segurança do autor da denúncia e da confidencialidade. A ferramenta pode ser utilizada também para o envio de dúvidas, críticas ou sugestões sobre o programa para que tenham encaminhamentos e sejam resolvidas.

Gestão com pessoas

Em 2019 um grupo de pessoas articulado com a instância de Acolhimento (Acolher) propôs ao ISA um movimento de transformação de práticas institucionais e pessoais não condizentes com valores fundamentados na escuta, na pluralidade e na equidade. A partir de então, o grupo, passou a promover encontros temáticos e campanhas mensais para motivar todos os colaboradores a participarem desse movimento. Por meio desse grupo iniciou-se em 2022 o monitoramento do clima organizacional com a pesquisa Pulse, que gerou a necessidade de se estruturar um novo setor, chamado de Desenvolvimento Humano e Organizacional, para articular políticas e processos de cuidados, equidade e gestão de equipes. Em 2022, o ISA tinha 194 colaboradores, 31 deles contratados durante o ano (23 CLT e 8 Estágios). Entre as novas pessoas contratadas 21 são mulheres e 10 são homens assim distribuídos: 11 brancas, 9 pretas, 9 pardas e 2 indígenas.

GT Gênero e Acolher

Criado em 2017, o Grupo de Trabalho (GT) Gênero tem debatido e cuidado da pauta de gênero na instituição, fazendo recomendações e sugestões às instâncias diretivas. O resultado desse trabalho foi a elaboração de uma Política de Gênero que até então não existia.

Em 2022, o GT Gênero fez uma revisão dessa política propondo aperfeiçoamentos com base em dados de anos anteriores. A revisão foi disponibilizada aos colaboradores para que pudessem fazer suas contribuições.

A partir do GT foi criado o Acolher, instância de escuta confidencial que pode ser acionada por qualquer colaborador que sinta incômodos, angústias e constrangimentos no ambiente de trabalho. Essa escuta inclui mediações, colaborações do grupo, escuta de uma psicóloga profissional e ou tratativas com outras instâncias da Casa. Resguardando o compromisso do anonimato, ao final de cada ano um relatório apresenta a todos o resumo das notificações, alertas de pontos sensíveis e recomendações de cuidados. O ISA trabalha ainda na construção de acordos de convivência com as comunidades locais incentivando a reflexão interna sobre violência de gênero nos territórios onde atua.

Ciclo de Transformação

Iniciado em 2020, o ciclo tem por finalidade mobilizar a equipe do ISA a refletir sobre assuntos e temas relativos ao socioambientalismo. Mensalmente acontecem palestras e diálogos com convidados sobre temas que nortearam a fundação do ISA e também referentes a desigualdade e discriminações de gênero, classe, racismo estrutural, assédio moral, entre outros.

Nova loja do ISA



Despedida do Colégio Sion



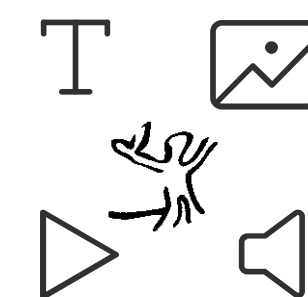
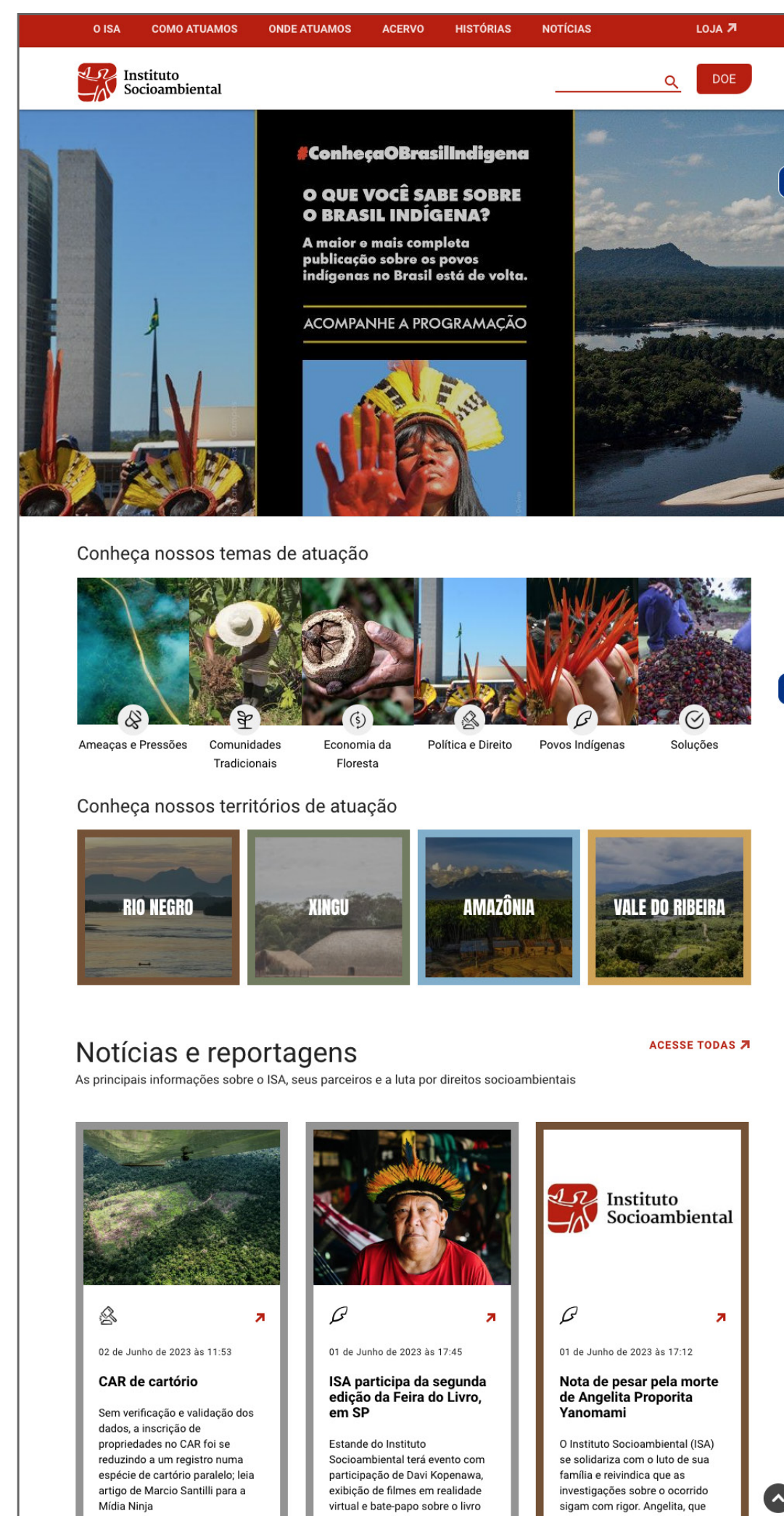


Os números de 2022

Comunicação

Tem site novo no ar

Mais rápido, moderno e interativo, além de 100% adaptado a dispositivos móveis, o novo **espaço virtual** do ISA, que foi ao ar em abril de 2022, conecta os internautas com as lutas de indígenas, quilombolas e ribeirinhos no Brasil. De cara, a principal mudança está na nova linguagem da página, que unifica e facilita a navegação segundo os temas prioritários de atuação da organização (Ameaças e Pressões; Comunidades Tradicionais; Economia da Floresta; Política e Direito; Povos Indígenas e Soluções) e territórios nos quais focamos nosso trabalho (Rio Negro, Xingu, Amazônia e Vale do Ribeira).



ISA na mídia

2.253 inserções

(crescimento de 16,7% em relação a 2021)

Destas, 74 foram para rádio, tv e podcasts (Fantástico, Jornal da Tv Cultura, Globo News, Globo Rural, CBN, Jornal Nacional, Jornal da Globo, Bom Dia Brasil, Jornal de Roraima (Globo); Estúdio CBN).

- O ISA foi fonte de informação em 80 matérias sobre o PL nº 191 e garimpo/mineração em TIs.
- O relatório da campanha #IsoladosOuDizimados e os dados do Sirad Isolados (Sirad-I) foram citados 31 vezes, como na série do Jornal da Cultura.
- E na questão do garimpo na Terra Indígena Yanomami, o ISA foi citado 91 vezes na mídia.

Artigos assinados

14 artigos assinados nos jornais Valor Econômico, Folha de S. Paulo, A Crítica, e nos sites Le monde diplomatique, Climate Home News, Radio France International, Jornal GGN, Jota e Racismo Ambiental.



Manchetes Socioambientais

10.818 assinantes

recebem diariamente o clipping de notícias socioambientais publicadas pelo ISA, por jornais impressos, jornais online e sites de notícias.



Notícias socioambientais

235 total

NSAs mais visualizadas



ISA abre loja “Floresta no Centro”, em São Paulo (17/08/2022)

3.636 visualizações



Xingu por um fio! Estrada ilegal rompe importante barreira de proteção da Amazônia (24/08/2022)

2.378 visualizações



É hora de retribuir os povos que cuidam das florestas (19/10/2022)

2.364 visualizações



Redes Sociais

460 mil seguidores

Em 2022 publicamos mais de **3,5 mil posts** nas nossas principais redes sociais: Facebook, Twitter e Instagram. Somando a essas redes nossos perfis no TikTok e YouTube, **ultrapassamos a barreira dos 460 mil seguidores**, com possíveis sobreposições.

No **Telegram** o perfil da organização reuniu 530 seguidores.

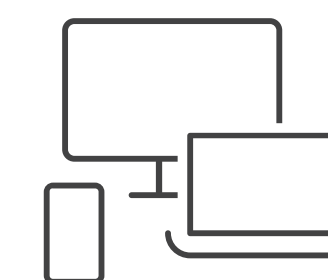
No **Instagram**, rede estratégica para a organização, aumentamos o número de posts em 9,4%. Chegamos na marca dos 136,1 mil seguidores, com um crescimento de 10,6%, aumentando o ritmo de crescimento se comparado com o mesmo período anterior.

No **Twitter**, crescemos 14,3% no número de seguidores, ultrapassando 87,4 mil. No TikTok, onde passamos a

publicar conteúdo com mais frequência, saímos de uma base de 850 para 6,7 mil seguidores.

No **YouTube**, canal que utilizamos como repositório de vídeos, somamos 39 mil assinantes e tivemos 723,5 mil visualizações nos vídeos publicados.

Um bom exemplo do crescimento nas redes foram as **mais de 681,3 mil interações** entre likes, comentários e compartilhamentos no Twitter, Facebook e Instagram apenas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022. O Instagram, com um **aumento de 7,3%** no volume de interações se comparado ao mesmo período anterior, foi o maior destaque de 2022. No Twitter, alcançamos as 278.832 mil interações nas postagens e no Facebook 136,2 mil interações.



Acessos ao sites

5.228.939
sessões de usuários

4.283.219
usuários únicos

8.327.400
visualizações

Reportagens

4 no Medium
(até abril)

Documentação

Em 2022, a **Plataforma do Acervo Socioambiental** atingiu **mais de 235 mil itens**:

- 197.499 notícias
- 20.381 documentos
- 14.073 fotos
- 2.975 livros
- 440 teses/dissertações
- 280 publicações do ISA
- 250 vídeos
- 70 mapas

Entre dezembro de 2021 e novembro de 2022, a Plataforma do Acervo teve **376.169 sessões** de usuários (crescimento de **72,25%** em relação a 2021), **536.405 visualizações** de páginas (crescimento de **51,50%** em relação a 2021) e **110.440 downloads**.



Fotos indexadas e inseridas no Banco de Imagens
13.911



Vídeos indexados e inseridos no Banco de Imagens
844

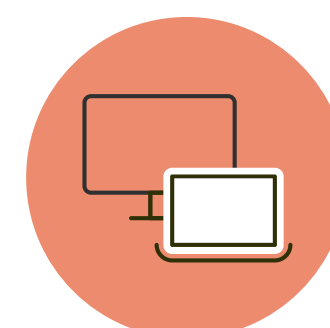


Notícias indexadas e inseridas no Banco de Imagens
2.382



Documentos e livros indexados e inseridos na Base Bibliográfica
319

Informática



Computadores
322



Atendimentos
1.368



Atendimentos em horas
882



Domínios
92



Caixas Postais
293 (7,87 Tb)



Mensagens/e-mails
4.841.369



415
reuniões

8.633
participantes

+59 mil
horas de duração total

Quem apoia o ISA

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

- Associação Bem-Te-Vi Diversidade
- Catholic Agency for Overseas Development
- Charles Stewart Mott Foundation
- Climate and Land Use Alliance
- Embaixada Real da Noruega
- Environmental Defense Fund
- Fundação Ford
- Fundo Amazônia
- Good Energies Foundation
- Gordon and Betty Moore Foundation
- Instituto Arapyau de Educação e Desenvolvimento Sustentável
- Instituto Clima e Sociedade
- NGOSource - Equivalency Determination Certificate
- Nia Tero
- Rainforest Foundation Norway
- União Europeia | Comissão Europeia

REDES & CONEXÕES

- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- Associação Brasileira de ONGs
- Observatório do Clima
- Observatório do Código Florestal
- Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
- Rede de Cooperação Amazônica
- Rede de ONGs da Mata Atlântica
- Rede de Sementes do Cerrado
- Rede de Sementes do Vale do Ribeira
- Rede de Sementes do Xingu
- Rede Rio Negro
- Rede Terra do Meio/Vem do Xingu

PARCEIROS DE EXECUÇÃO NOS TERRITÓRIOS

- Associação do Povo Indígena Arara Ugorog'mó
- Associação Expedicionários da Saúde (EDS)
- Associação Floresta Protegida
- Associação Indígena Iakiô
- Associação Indígena Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu
- Associação Indígena Pyjahyry Xipayaya
- Associação Indígena Tato'a
- Associação Indígena Tukayá Etnia Xipayaya
- Associação Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu
- Associação Moradores da Reserva Extrativista Rio Iri
- Associação Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio
- Associação Nacional de Quilombos para Cooperação - Negra Anastácia
- Associação Terra Indígena Xingu
- Associação Wai-Wai
- Associação Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu
- Conselho Indígena de Roraima (CIR)
- Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
- Health in Harmony
- Hutukara Associação Yanomami
- Instituto Kabu
- Instituto Raoni
- Movimento dos Ameaçados por Barragens
- Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat)

- Universidade Federal do Oeste do Pará
- Universidade Federal do Pará

PARCEIROS DE COOPERAÇÃO POR PROJETO

- Amazon Conservation Team – Brasil
- Amazon Watch
- Amigos da Terra
- Associação Quatro Cinco Um
- Benevity Causes
- Bonfarto Kaj Conservado
- Boston University
- Brazil Foundation
- Center for Climate Crime Analysis
- Centro De Pesquisas Ambientais Do Nordeste (Cepan) & Coopyguá
- Charities Aid Foundation America
- Cisco Systems Inc
- Climate Alliance
- Cofra Foundation
- Conservation International Brazil
- Darwin & NIRAS-LTS International
- Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
- Ecociencia
- Embaixada da Alemanha
- Embaixada da Irlanda
- Evoltz
- Família Mattos
- Fern
- Fundação do Príncipe Albert II de Mônaco
- Fundação Tide Setubal
- Fundación Amigos de la Naturaleza
- Fundación Gaia Amazonas
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
- Fundo Canadá para Iniciativas Locais
- Furriella Advogados
- Global Witness
- Greenpeace
- Gusmão e Labrunie Propriedade Intelectual
- IDEM - Institut for Democracy, Media and Cultural Exchange
- Instituto Bacuri
- Instituto BEI
- Instituto Conexões Sustentáveis
- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - IEPÉ
- Instituto El Bien Comun
- Instituto Galo da Manhã
- Kitanda das Minas
- Lara Lee and George Gund III Foundation
- Legado Integrado da Região Amazônica | Instituto de Pesquisas Ecológicas
- Luminare Brasil
- Natura Cosméticos S.A.
- Oak Foundation
- Open Society Foundations
- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
- Palladium International LLC
- Porticus Latin America
- Repórteres Sem Fronteiras
- ReWild
- Rights and Resources Initiative
- Sitawi
- Sociedade para os Povos Ameaçados
- Stiftung Preußischer Kulturbesitz (SPK)
- Tarik Joniot
- The British Academy & University College London
- Tides Foundation



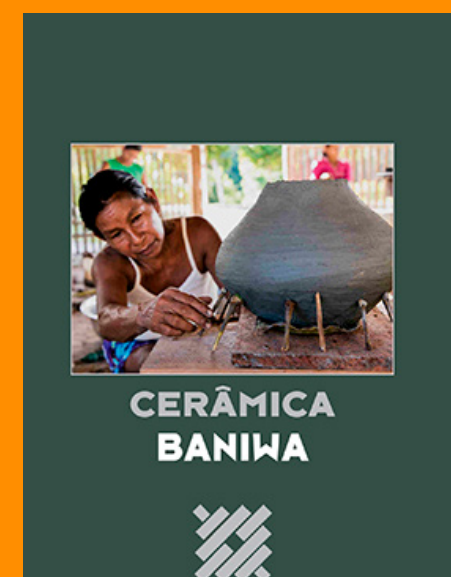
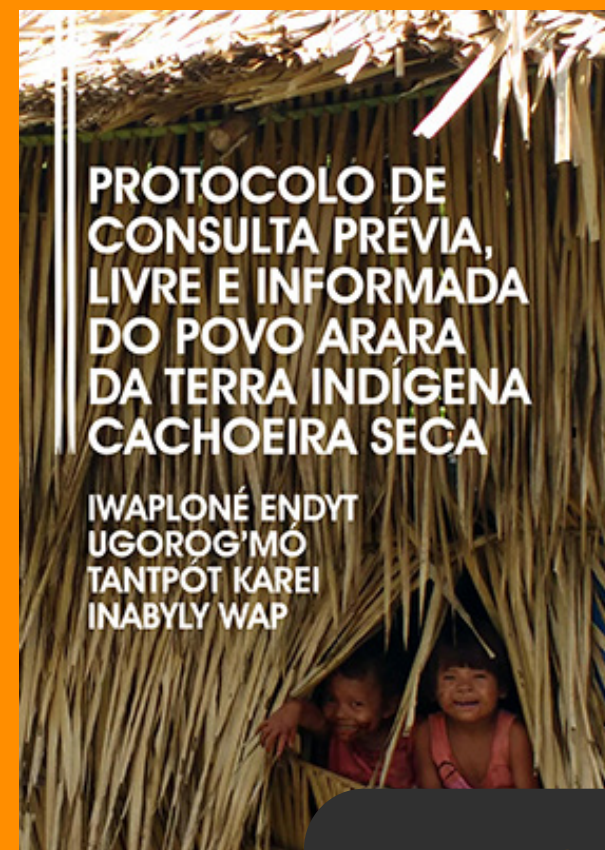
Homenagem

O ISA lamenta a morte de seu colaborador **Dagoberto Lima Azevedo**, em abril de 2022. Dagô, como era carinhosamente chamado, trabalhava como assessor e analista de pesquisa e desenvolvimento socioambiental do Programa Rio Negro, do ISA, em São Gabriel da Cachoeira (AM). Ele sofreu um AVC na comunidade São Felipe, onde participava de uma oficina de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (Aimas), trabalho que exercia com alegria e dedicação. Foto © Ana Amélia Hamdan/ISA

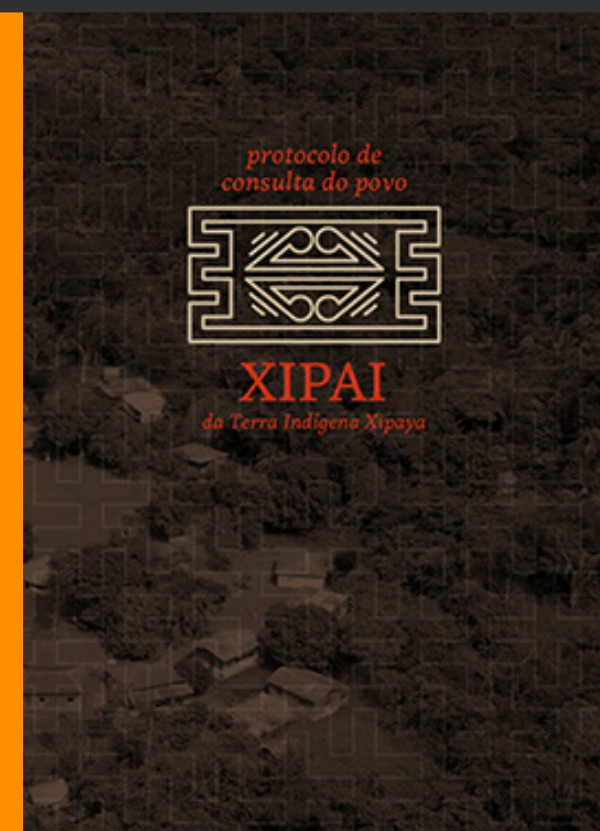
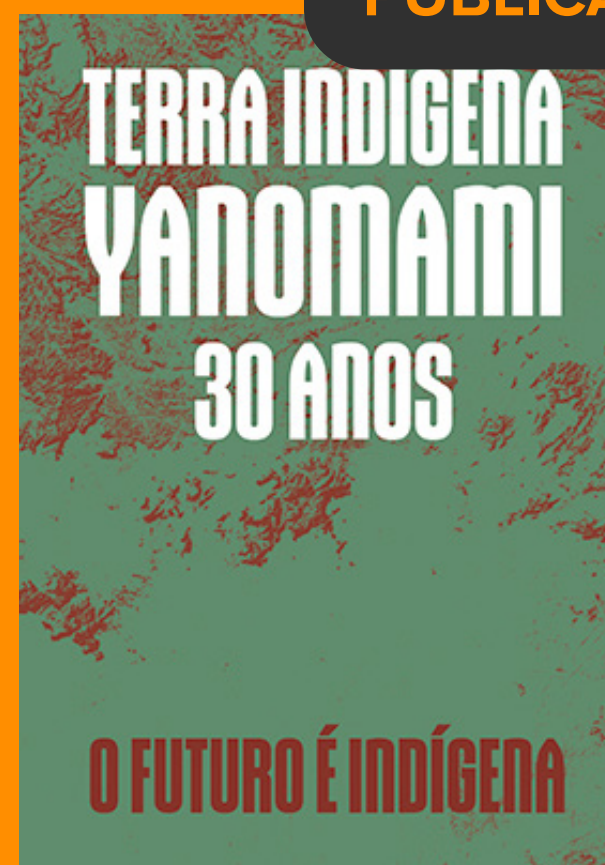


JUSTIÇA POR DOM E BRUNO

O desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips em junho, no Vale do Javari, foi tema de editorial do ISA. “Queremos manifestar a nossa indignação e revolta contra a violência e a impunidade que tomam conta da Amazônia, com a cumplicidade de autoridades e de órgãos oficiais que têm a obrigação de proteger os povos da floresta e os seus apoiadores”. Com a confirmação dias depois do assassinato de ambos, o ISA se solidarizou com a família e amigos dos dois lembrando que Bruno foi parceiro na criação do coletivo da campanha em defesa dos povos isolados e de recente contato e que Dom foi um dos mais comprometidos jornalistas a reportar mundialmente violações de direitos ambientais e sociais na Amazônia.



PUBLICAÇÕES EM 2022 / CONHEÇA NOSSA [LOJA](#)



Junte-se ao ISA!

Os povos da floresta e o meio ambiente estão gravemente ameaçados no Brasil. O seu apoio fortalece nossa atuação por um Brasil socioambientalmente diverso.

www.socioambiental.org